Jorge Octávio Lavocat Galvão

O Tempo e o Direito Adquirido:
Limites Constitucionais à
Retroatividade das Leis

2ª Edição

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2025

Sumario

Introdução	1
Capítulo I - A construção jurídica do Direito Intertemporal	7
1.1 O objeto do Direito Intertemporal	7
1.2 Aplicação das leis no tempo	14
Capítulo II - As doutrinas clássicas do Direito Intertemporal....	21
2.1 Introdução.....	21
2.2 O subjetivismo de Gabba.....	22
2.3 Teoria Objetiva de Roubier.....	27
2.4 Considerações finais.....	32
Capítulo 3 – O Direito Intertemporal sob a óptica da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....	37
3.1 Considerações iniciais.....	37
3.1.1 A utilização da jurisprudência	37
3.1.2 A escolha pelo Supremo Tribunal Federal	39
3.2 A proteção constitucional ao direito adquirido.....	39
3.3 As leis de ordem pública	42
3.4 A regra da irretroatividade	48

3.5 O alcance do artigo 5º, inciso XXXVI: as limitações ao poder constituinte.....	49
3.5.1 Poder constituinte originário.....	51
3.5.2 Poder constituinte derivado.....	53
3.5.3 Poder constituinte decorrente	65
3.6 A Administração e o direito adquirido	65
3.7 O conceito de direito adquirido	66
3.7.1 O ato jurídico perfeito e a coisa julgada.....	74
3.8 Direito adquirido e regime jurídico	78
3.8.1 Extinção de institutos jurídicos.....	93
3.8.2 A abolição da escravidão	101
3.9 Os contratos e o direito adquirido.....	104
3.10 O artigo 2.035 do Código Civil e sua inconstitucionalidade	108
Conclusão	115
Referências Bibliográficas	117